



## Ciência, biotecnociência, biopolítica e bioética: diálogo necessário para a sobrevivência da humanidade em tempos de COVID-19

Science, Biotechnoscience, Biopolitics and Bioethics: A Necessary Dialogue for Humanity's Survival in Times of COVID-19



**Ivone Laurentino dos Santos**

Email: [laurensantos@globo.com](mailto:laurensantos@globo.com)

 **Resumo**

A ciência e a biotecnociência que, à princípio, protegem às vidas, também pode gerar riscos às suas sobrevivências. Ao mesmo tempo em que desejamos as benesses de ambas, também as tememos, talvez pelo fato de que no Brasil e no mundo, vivemos tempos sombrios, marcados pelas incertezas de uma “biopolítica da morte” ou “necropolítica”. A revisão crítica de literatura aqui proposta, tem como escopo refletir sobre a relação entre a ciência, a biotecnociência, a biopolítica e a bioética, contribuindo para uma percepção clara, tanto dos efeitos de uma “ciência sem consciência”, como da necessidade de construção de uma biotecnociência, que atenda às demandas sociais em tempos de COVID-19.

 **Abstract**

*Although science and biotechnoscience are meant to protect lives, they can also pose risks to survival. We fear them at the same time that we reap their benefits, possibly because here in Brazil and all over the world we are living through a sombre period assailed by the uncertainties of “the biopolitics of death”, or what we call “necropolitics”. This paper performs a critical review of the current literature in an attempt to reflect on the relationship between science, biotechnoscience, biopolitics and bioethics. This will hopefully contribute to a clear perception of the effects of a “science without conscience”, and of the need to build biotechnoscience in response to social demands in times of COVID-19.*

 **Key words**

*Ciência; biotecnociência; biopolítica; necropolítica.*

*Science; biotechnoscience; biopolitics; necropolitics.*

 **Fechas**

Recibido: 01/09/2020. Aceptado: 26/09/2020



## 1. Introdução

Uma das questões mais inquietantes, dentre as muitas que fustigam o mundo contemporâneo, reside na tarefa inadiável de verificar se, apesar das inegáveis conquistas da ciência e da técnica, bem como da qualidade atingida no campo das artes e da poesia, houve, de fato, uma evolução equivalente do aperfeiçoamento ético. Dito de outro modo, trata-se de checar como estamos, enquanto humanidade, tanto no que se refere as moralidades, quanto aos valores pessoais, no que concerne, por exemplo, ao respeito as diferenças e a pluralidade de seres e de saberes. Enfim, até que ponto podemos falar em melhoria da espécie humana, se as mesmas mãos que manejavam os machados, em tempos arcaicos e primitivos, na atualidade obedecem, quase cegamente, aos bárbaros impulsos de quem projeta e lança sobre populações bombas atômicas?

Trata-se de checar como estamos, enquanto humanidade, tanto no que se refere as moralidades, quanto aos valores pessoais, no que concerne, por exemplo, ao respeito as diferenças e a pluralidade de seres e de saberes

Até que ponto podemos falar em “evolução”, se em pleno Sec. 21, ao enfrentarmos uma das maiores crises sanitárias mundiais, provocada pela COVID-19, nos deparamos ainda com discursos e narrativas políticas que ferem as dignidades de grupos e populações vulneráveis, potencializando os riscos de que estes venham a sofrer danos, que possam vir a ser irreparáveis. Ou seja, até que ponto podemos afirmar que a humanidade progrediu, quando Estados e governos, que deveriam atuar no sentido de defender todas as vidas, protegendo, especialmente, aquelas mais frágeis, agem no sentido contrário, tornando-as ainda mais suscetíveis à graves riscos e danos?

É público e notório que nos últimos 60 anos, com a globalização, o desenvolvimento tecnológico vem caminhando a passos largos, de modo que as mudanças, de tão profundas, tem provocado uma verdadeira revolução nos nossos modos de trabalhar, de nos locomover, nos comunicar e/ou nos relacionar, etc. Em contrapartida, há fortes indícios de que não “evoluímos” no quesito “moralidade”, ou seja, de que não intensificamos o suficiente as reflexões sobre os limites éticos à serem respeitados, nesse mundo novo ou nessa “segunda natureza” (Schramm, 2010), que inauguramos através dos avanços da ciência, de modo geral, e da biotecnociência, em particular.

Nesse contexto, precisamos, com certa urgência, retomar o já conhecido debate bioético sobre os impactos da biotecnociência nas vidas humanas e não humanas, com a ressalva de que a definição de biotecnociência aqui trabalhada é a do bioeticista Fermin Schramm (2010, p. 190), segundo o qual biotecnociência “é o conjunto de ferramentas teóricas, técnicas, industriais e institucionais que visam entender e transformar seres e processos vivos, de acordo com necessidades e/desejos de saúde[e] visando a um genérico bem-estar de indivíduos e populações humanas”.

A definição de biotecnociência do filósofo Schramm (2010), situa esta área de saber numa seara de onde ela jamais deveria ser desvinculada: a bioética; mas não se trata de qualquer bioética, mas de uma bioética de proteção (Schramm, 2008), que enfatize a necessidade desse “grande dispositivo, multifacetado e complexo, representado pela



biotecnociência” (Schramm, 2010, p. 191), funcionar no sentido de garantir a todos os indivíduos e populações, sem distinção de qualquer espécie, o bem estar e a qualidade de vida a que tem direito. Além disso, não custa lembrar que, desde Potter (2016), já temos a devida clareza de que o bem estar desejado para toda a humanidade, se vincula, de modo irrevogável, à uma relacionamento harmonioso e respeitoso dos humanos com os não humanos e com a biodiversidade, como um todo.

Em síntese, se hoje o potencial da biotecnociência para proteger às vidas, em primeiríssimo lugar, beneficiando-as, é indiscutível, caso esse propósito não seja levado à cabo, na prática, serão grandes os riscos para a sobrevivência da humanidade no planeta. Nessa perspectiva, a bioética, como saber crítico e interdisciplinar, tem pela frente, portanto, a tarefa de provocar os questionamentos devidos sobre quais devem ser nossos comportamentos, frente as diversas possibilidades oferecidas por esse novo paradigma biotecnocientífico, que se impõe a todos nós, no mundo contemporâneo. Caso contrário, a tendência será de nos perdermos, cada vez mais, impedidos de exercer algum controle, que nos permita um agir científico, em benefício da humanidade e que, como tal, jamais funcione para atender interesses particulares de pessoas ou grupos.

A bioética, como saber crítico e interdisciplinar, tem pela frente, portanto, a tarefa de provocar os questionamentos devidos sobre quais devem ser nossos comportamentos, frente as diversas possibilidades oferecidas por o novo paradigma biotecnocientífico

Por ora, o que temos é a percepção de que no mundo e, particularmente, no Brasil, vivemos uma total falta de clareza sobre as possibilidades de um controle ético das ações biotecnocientíficas, o que acaba por nos conduzir a uma confusão bem perniciosa entre os riscos que devem, de fato, serem evitados e aqueles riscos inerentes à uma ciência livre, em defesa da biodiversidade e à serviço da melhoria da qualidade de vida de povos e nações. Assim sendo, embora sejam legítimos os vários movimentos sociais que lutam para controlar a ciência e a biotecnociência, de maneira a evitar que os riscos, se tornem, de fato, perigos e danos, é imprescindível que superemos um certo “medo globali-

zado” (Schramm, 2010), com potencial para paralisar as mudanças positivas que ações científicas conscientes tendem a promover.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de que pensemos em termos globais, já que certas demandas coletivas, como, por exemplo, a pandemia provocada pela COVID-19, causam impactos, maiores ou menores, em todos os grupos e populações do mundo, mas sem jamais nos descuidarmos de pensar também localmente. Ou seja, trata-se da tarefa urgente de, durante e depois de uma crise sanitária tão grave, assumirmos a responsabilidade de, individual e coletivamente, refletirmos sobre a sobrevivência da humanidade e da biodiversidade no planeta, tendo como ponto de partida e de chegada, a luta para que transformemos para melhor, as realidades nas quais estamos inseridos.

Em tempos de injustiça social, impetrada pela globalização, trata-se de pensar, com absoluta prioridade, as condições de vida das populações pertencentes aos países que o prof. Volnei Garrafa (2005a) chama de “periféricos”; aqueles socialmente mais frágeis em relação aos países desenvolvidos, os tais países “centrais”. De fato, os cenários que vivemos nos países mais pobres são bem emblemáticos, no sentido de nos mostrar os



efeitos negativos de práticas biotecnocientíficas, cujos limites éticos não tenham sido definidos com toda a clareza e transparência. Em meio a situação de crise sanitária da COVID-19, que parou o mundo, forçando o isolamento social, temos o dever de especular sobre a eficácia dos recursos biotecnocientíficos que dispomos para combater este vírus que, de tão letal, até agora, ceifou, apenas no Brasil, mais de 140.000 vidas.

Não se trata de negar ou desqualificar as possibilidades que a ciência e/ou a biotecnociência abrem para a humanidade, nem tampouco recusar o que as mesmas tem a oferecer como respostas as variadas demandas sociais – como faz a extrema direita no Brasil, mas da necessidade de explorar os dispositivos biopolíticos que as perpassam, tornando-as áreas de saberes plurais e multifacetados. Sem negar as complexidades inerentes a ciência e a biotecnociência, esse texto aposta no fato de que, parte de um certo medo difuso e generalizado, que nos faz reagir mal as suas práticas, diz respeito a falta de clareza sobre quais seriam os limites éticos que as orientam. Trata-se de

um medo que se agrava em tempos tão sombrios e tenebrosos, marcados pelas incertezas de uma “biopolítica da morte” ou, nos termos de Mbembe (2016), de uma “necropolítica”, negadora da vida, que tende a tornar o planeta refém de intervenções humanas eticamente insustentáveis.

Enfim, frente a seriedade das questões aqui apresentadas, a opção metodológica deste estudo foi por fazer uma revisão crítica de literatura, com o objetivo de contribuir para que reflitamos, com radicalidade, sobre a relação entre e a ciência, a biotecnociência, a biopolítica e a bioética – com destaque para a bioética de proteção – na perspectiva de que tenhamos uma melhor compreensão, por um lado, das nossas limitações em lidar com o potencial das práticas vinculadas à tais áreas de saber em transformar vidas e, por outro lado, dos efeitos nefastos de

ações e intervenções delas decorrentes, que sejam desatentas à necessidade de se colocar todas as formas de vida em primeiríssimo lugar.

A expectativa é que as reflexões aqui propostas possam funcionar como antídotos contra a tendência atual de reduzir fenômenos humanos complexos, esvaziando – os de sentido. A despeito de um tempo em que se propaga *fake news* à exaustão – inclusive sobre o próprio saber científico, a tentativa é de que se qualifique, o máximo possível, o debate sobre a ciência, a biotecnociência e todas as questões que a elas se referem, como, por exemplo, a necessidade de um outro modelo de mundo, mais igualitário, equânime e justo (Santos, 2020).

Trata-se de levar a cabo o projeto ético de se construir sociedades minimamente inclusivas (Garrafa, 2005b), que tenham como valor prioritário a defesa da vida, em todas as suas formas e onde, por exemplo, sejam garantidos aos grupos e populações mais vulneráveis, não somente mais anos de vida, como também mais qualidade de vida ao anos que lhes forem acrescidos, em função do desenvolvimento científico em geral e, em particular, das benesses advindas da própria biotecnociência. Para tanto, por um lado, são resgatados nesse texto, conceitos como “biotecnociência”, “biopolítica” e

Em meio a situação de crise sanitária da COVID-19, que parou o mundo, forçando o isolamento social, temos o dever de especular sobre a eficácia dos recursos biotecnocientíficos que dispomos para combater este vírus



“bioética”, na tentativa de demonstrar o nexo existente entre eles e, por outro lado, são trazidos para o debate questões relativas a um dos mais antigos dilemas bioéticos: a tensão existente entre o PQV (Princípio da Qualidade de Vida) e o PSV (Princípio da Sacralidade da Vida), no sentido de nos ajudar a compreender certos posicionamentos políticos da atualidade, para além de suas superfícies.

## 2. Nexo conceitual e prático entre a ciência, a biotecnociência, a biopolítica e a bioética

No final dos anos 90, o Dr. Volnei Garrafa, referência nacional e internacional em bioética, já perguntava sobre as possibilidades da ciência avançar, sem agredir (Garrafa, 1998). Mais de 20 anos depois, as dúvidas e os medos frente à um mundo, cada

Em tempos em que saberes científicos são colocados em xeque, como fazer valer o bom senso, a transparência e a ética, necessários ao desenvolvimento desse país de dimensões continentais chamado Brasil?

vez mais, globalizado, com chances de promover uma ciência sem controle, persistem. Nesse contexto, algumas perguntas não querem calar: afinal, a ciência e a biotecnociência teriam, cada uma a seu modo, um caráter maléfico para a vida humana e não humana no planeta Terra? O que justificaria o medo com o qual, muitas vezes, nos deparamos frente às mudanças provocadas pelos paradigmas científicos e biotecnocientíficos em todo mundo? Quais as implicações deste medo para a própria ciência, para a biotecnociência e para o mundo contemporâneo?

O fato é que, a biotecnociência que, a princípio, nos remete a benefícios e ganhos para a vida, de modo geral, tem se confrontado com os mais diversos temores relacionados aos possíveis danos, que poderia causar a todos àqueles por ela afetados.

Mas como a ciência e, em particular, a biotecnociência, poderiam superar as diversas desconfiâncias que vem sofrendo, ao longo dos anos, sem com isso terem que abrir mão das ousadias próprias de práticas humanas livres, dispostas a não se submeterem aos desvarios daqueles que as demonizam?

Em tempos de discursos e narrativas políticas obscurantistas; em tempos em que saberes científicos são colocados em xeque, enquanto achismos são repercutidos como verdades, mesmo durante uma das mais graves crises sanitárias vividas pela humanidade: a pandemia provocada pela COVID-19 – que tem afetado nossos modos de ser, as nossas práticas e relações, como fazer valer o bom senso, a transparência e a ética, necessários ao desenvolvimento desse país de dimensões continentais chamado Brasil?

Na prática, em parte, as preocupações frente aos impactos que, tanto a ciência, quanto a biotecnociência poderiam provocar nos cotidianos dos seres vivos, e aos possíveis riscos que corremos quando tentamos alterar as naturezas das coisas vivas, nas suas essências, podem servir de justificativas para criação de dispositivos biopolíticos de controle ou de exercício do biopoder sobre os cidadãos, para, supostamente, protegê-los contra os possíveis perigos a que estariam expostos. Nessa perspectiva, crescem, por um lado, os movimentos críticos ao modelo de globalização vigente, ao



mesmo tempo em que ganham força a biopolítica e o biopoder (Foucault, 2000, 2001), como instrumentos teóricos de análise dos recursos científicos e biotecnocientíficos.

O fato é que estamos diante de uma espécie de dilema bioético, onde alternamos, ora, um certo deslumbramento com as possíveis vantagens tecnológicas que o mundo globalizado pode nos oferecer, ora uma dose razoável de repúdio e medo, quanto as incertezas geradas pelo que parece ser uma oportunidade de reinventarmos a nossa natureza, brincando com o nosso futuro, como se fôssemos deuses. Seria a ciência um saber prejudicial a vida? E a biotecnociência, “esta nova competência, ao mesmo tempo simbólica, técnica, poiética e prática, estaria, por exemplo, reduzindo a diversidade biológica e, portanto, as possibilidades de autopoiese dos sistemas vivos (...)” (Schramm, 2010, p. 190)?

Confirmada a tese de que a biotecnociência estaria funcionando no sentido de provocar um esvaziamento nas potências de vida, em suas formas primeiras, ao contrário do que, ao menos em tese, se propõe a fazer, esta área de saber seria extremamente da-

nosa à biodiversidade, causando danos à todos por ela afetados, incluindo nesse cálculo, também e, principalmente, as gerações futuras. Não há dúvidas de que a biotecnociência se constitui, a princípio, um remédio bastante eficaz contra as ameaças e perigos inerentes a nossa condição de mortais e vulneráveis e que, portanto, esta área de saber traz, em si mesma, desde a sua origem, uma certa competência, com potencial para nos proteger, nos propiciando a segurança que precisamos, em tempos de tantas incertezas.

Tanto a ciência quanto a biotecnociência carecem de controle, justamente para que as suas intenções iniciais não se percam diante dos inúmeros impactos provocados por possíveis desvios de finalidades

Por outro lado, nas suas aplicações, tanto a ciência quanto a biotecnociência carecem de controle, justamente para que as suas intenções iniciais não se percam diante dos inúmeros im-

pacos provocados por possíveis desvios de finalidades. São varias as inconsistências geradas, em parte, pela insistência de certos atores políticos, em negligenciar valores afirmativos da vida e apostar em “biopolíticas da morte” ou necropolíticas (Gefaell, 2015), que banalizam as vidas humanas e não humanas, em função da manutenção de certos projetos de poder. Ou seja, diante de tantos discursos e políticas voltados para a defesa de modos “necrófilos” de existência, urge que reflitamos, com bastante critério, sobre o que podemos e devemos fazer para que a ciência e a biotecnociência jamais abandonem os bons propósitos para os quais foram criadas.

Trata-se da defesa de uma ciência e de uma biotecnociência que se guiem pelo princípio da justiça, cujo fundamento ético principal seja o de permitir a manifestação de todas as formas de existência e no que se refere, especificamente, aos seres humanos, que estes tenham as condições para conquistar suas autonomias, de modo que, por meio de suas decisões livres, possam melhorar a si mesmos, multiplicando a riqueza moral e material da sociedade (Berlinguer, 2000). Um passo importante na construção da ciência e da biotecnociência, como áreas de saber que atuem a favor do bem estar das vidas, em todas as suas formas, sem dúvidas, é reconhecer, para além dos nossos medos e inseguranças, as suas existências como fenômenos positivos, com



possibilidades de transformações razoáveis do planeta Terra, transformações estas, que não prejudiquem ou diminuam a qualidade de vida daqueles que aqui residem.

Talvez nos falte um pouco de ousadia e coragem para o enfrentamento desses novos paradigmas científicos e biotecnocientíficos, que potencialmente podem funcionar bem para nós, inclusive na medida em que possibilitem a criação de variados recursos, bem como, a “invenção” de novos seres vivos e inúmeras condições de existências, com mais possibilidades adaptativas a esse mundo globalizado, com seus problemas e soluções (Schramm, 2010). Nesse sentido, é fundamental a percepção de que, tanto a ciência, quanto a biotecnociência permitem a todos nós, humanos, a tarefa de assumirmos o

protagonismo de nossas próprias reformas, devendo este fato ser encarado, não como uma mera possibilidade do nosso agir, mas como uma dimensão de um processo evolutivo, do qual não poderemos escapar.

Resta-nos, portanto, da tarefa de produzir mecanismos normativos bioéticos, que possam funcionar de modo que as áreas de saber em questão, tenham as suas intenções bem esclarecidas e compreendidas

A grosso modo, seria desse processo evolutivo que dependeria, não somente a própria sobrevivência da espécie humana, como também e, principalmente, a qualidade de vida no planeta terra (Schramm, 2010). Para além das ambivalências que atravessam as nossas percepções da ciência e da biotecnociência, onde seus possíveis malefícios e/ou benefícios se alternam, confundindo nossas avaliações sobre estas áreas de saber, é fundamental que façamos uma análise criteriosa dos seus reais

sentidos e das possibilidades inerentes as suas práticas. Para tanto, faz-se necessário a criação de mecanismos (bio)éticos de controle, sem que, com isso, tenhamos que engessar ou burocratizar os fazeres científicos e tecnológicos, o que, certamente, seria bem prejudicial a construção de saberes que atendam a complexidade do mundo contemporâneo.

Dito de outro modo, a tentativa deve ser de construir dispositivos legítimos de controles (bio)éticos que nos permitam concluir, sem medos, preconceitos ou pressões, sobre a viabilidade de uma ciência e de uma biotecnociência, cujas competências sejam atreladas a necessidade de se garantir bem — estar e qualidade de vida para todos no planeta, o que implica, necessariamente, de uma relação humana harmoniosa com os não humanos e com a biodiversidade, de modo geral. Resta-nos, portanto, da tarefa de produzir mecanismos normativos bioéticos, que possam funcionar de modo que as áreas de saber em questão, tenham as suas intenções bem esclarecidas e compreendidas. Para tanto, é imprescindível que pensemos mecanismos capazes de amparar e proteger, também e principalmente, os atores envolvidos em situações consideradas de risco, os ditos vulneráveis e excluídos sociais, que vivem à margem da sociedade e, portanto, ignorados nos seus direitos fundamentais.

Nota-se, portanto, que tanto a ciência, quanto a biotecnociência e a bioética tem funções que se encontram e se complementam, devido as suas pretensões de compreender criticamente o real, transformando-o e ajustando-o às necessidades de todos. Trata-se de saberes indispensáveis, especialmente em tempos de COVID-19, em que as incertezas tendem a colocar em risco todas as formas de vida, diminuindo, desse



modo, suas chances de sobrevivência no planeta. Assim sendo, torna-se necessário que a ciência, a bioetecnociência e a bioética trabalhem em parceria, na tentativa de resolver, por um lado, os problemas persistentes, já intrínsecos as sociedades, e, por outro lado, aqueles problemas ditos emergentes, que decorrem, inevitavelmente, do desenvolvimento da ciência e da própria biotecnociência (Garrafa, 2005a).

### 3. Conceituação de “vida”: princípios bioéticos norteadores das práticas sobre/com ela, e a vigência do paradigma bioético num mundo secularizado e pluralista

Um dos momentos em que mais debatemos sobre a “vida”, sua importância e necessidade de proteção é justamente durante uma crise sanitária mundial, como esta, provocada pela COVID-19. No Brasil, de modo similar aos Estados Unidos, a situação é excepcionalmente dramática, em função de posturas governamentais negacionistas, que preferem fechar os olhos para a gravidade da situação e ignorar as orientações das autoridades de saúde. Um aspecto positivo frente aos acontecimentos — se é que podemos ver algo de positivo diante de dezenas de milhares de vidas perdidas — é que, ao

menos nas democracias, temos a oportunidade de revermos as nossas decisões políticas, nas últimas eleições. Agora, mais do que nunca, temos a chance transformar esse momento de crise em oportunidade para o enfrentamento de questões relativas as vidas e as mortes de pessoas, grupos e até dos não humanos que, convenientemente, temos jogado para “debaixo do tapete”, há um punhado de décadas.

Mas pensar sobre a vida e a morte não é uma tarefa das mais fáceis. Ao contrário, um dos conceitos mais problemáticos e polêmicos em bioética é justamente “vida”. Isso se dá, em parte, pelos frequentes confrontos entre aqueles que defendem a preservação da vida, em toda e qualquer situação, e os que admitem, ao menos em determinadas condições, que a vida possa

ser transformada e/ou modificada. No que se refere, especificamente, à vida humana, vale destacar dois princípios éticos muito presentes nos discursos bioéticos: o princípio da sacralidade da vida (PSV), segundo o qual a vida é indisponível para o sujeito; pautado no respeito ao finalismo intrínseco da natureza ou desígnios de Deus; e o princípio da qualidade da vida (PQV), que legitima as possíveis intervenções na vida humana, objetivando sempre uma melhor qualidade de vida para o sujeito da intervenção e, preferencialmente, sem implicações para os demais envolvidos (Schramm, 2009).

O fato é que tais princípios ou posturas éticas são diametralmente opostos e, quando vinculados, evidenciam na bioética, dilemas morais, seguidos de verdadeiros embates e controvérsias, que não chegam a um consenso. No que se refere a questões relativas ao aborto e eutanásia, por exemplo, já não é mais tão evidente para a população em geral, acostumada com relações democráticas e seculares, a aceitação de verdades impostas e inquestionáveis, advindas de concepções religiosas. No Brasil, resta-nos a tarefa nada simples de, a despeito de um governo assumidamente antidemocrático,

No que se refere, especificamente, à vida humana, vale destacar dois princípios éticos muito presentes nos discursos bioéticos: o princípio da sacralidade da vida e o princípio da qualidade da vida (Schramm, 2009)



que tende para o fascismo (Rago & Veiga-Neto, 2019), construirmos o Estado Laico, preconizado na Constituição de 1988, Estado este que seja capaz de acolher a pluralidade de concepções legítimas sobre o certo e o errado, o justo e o injusto, o bem e o mal, o ético é o não ético, etc. (Schramm, 2009).

De qualquer modo, seja lá qual for a postura ética, sacralidade ou qualidade de vida, fica a impressão de que não estamos ainda maduros para fazermos um debate menos emocional e mais científico, sobre a vida e o que ela, ao menos potencialmente, pode nos possibilitar. Nesse sentido, a contribuição de Agamber (2002) merece destaque, visto que este autor, a partir de conceitos como *homo sace* “sagrado”/“inviolável” e “maldito”/“sacrificável” e *vida nua*, ou seja, *vida biológica*, sem valor, e, portanto, descartável (Schramm, 2009), consegue mostrar o contexto de desproteção e vulnerabilidade em que se encontra a vida humana.

Fica a impressão de que não estamos ainda maduros para fazermos um debate menos emocional e mais científico

Agamber (2002), assim como Foucault (2000), introduz um outro aspecto ao debate entre PSV e PQV, que diz respeito a concretude humana, a realidade mesma, atravessada pelo sofrimento, dor e injustiça. Com estes pensadores, insere-se na discussão questões até então não pensadas sobre a fragilidade, o desamparo e a finitude a que estão submetido as vidas nuas em todo mundo (Agamber, 2002; Schramm, 2005). Tais aspectos mostram, de início, a complexidade filosófica que perpassa o conceito de vida (*bios*, *zoé*), quando considerado fora do contexto religioso e místico a que muitas das vezes se encontra submetido.

Nota-se, portanto, que as discussões sobre as condições de vida humana e não humana são imprescindíveis, caso queiramos construir uma abordagem crítica, capaz de problematizar, de forma rigorosa, uma reflexão bioética sobre a moralidade das inter-relações, que afetam a qualidade de vida no planeta Terra, no ethos do pluralismo moral em que nos encontramos. Para isso, é fundamental que consideremos a relação *práxis/vida* em seu caráter multifacetado e nas suas variadas dimensões: individual, interpessoal, coletiva etc. sem jamais perder de vista o compromisso de jamais reduzi-la ao caráter religioso (Schramm, 2009).

Somente com rigor crítico e dispensando o cinismo estrutural (Sloterdijk, 2006) característico do momento delicado que estamos vivendo, por conta da pandemia do novo coronavírus, é que teremos as condições para pensar, individual e coletivamente, a experiência de sermos seres vivos e agentes, que devem lidar com os conflitos constitutivos do ethos, resultantes das inter-relações humanas e que determinam a complexidade característica de sociedades, em todo o mundo (Schramm, 2009). Além disso, é fundamental que não esqueçamos da tarefa inadiável de localizar os fatores anticonflituosos capazes de gerar “pontos convergentes”, “harmoniosos” e dialogais que, uma vez acionados, possam garantir o mínimo de equilíbrio para o estabelecimento de uma convivência, em que a violência não seja uma opção.

Ainda no que se refere, especificamente a vida humana e para além da desacordo existente entre PSV e PQV, o fato é que o *homo faber* está em princípio adquirindo a competência biotecnocientífica de reprogramar tanto o *zoé*, quanto o *bíos*; sendo que o *bios*,



por sua vez, tem adquirido sempre mais biopoder; nesse contexto, não seria tarefa do homo sapiens proteger ambos? E mais: não deveria esta proteção estar vinculada a formas de resistência bioética frente aos excessos e equívocos ética e moralmente questionáveis do biopoder e do biopolítica (Schramm, 2009)? Se for este o caso, caberia a bioética fazer uma mediação, onde pudesse indicar, como sugeriu Potter (2016), a ponte ética entre a práxis científica, biotecnocientífica e as humanidades, assegurando, a médio e longo prazos, a própria sobrevivência da espécie humana (Schramm, 2009) e de todas as formas de vida no planeta.

#### 4. Considerações Finais

O atual momento político no mundo, mais do que nunca, exige de todos nós, cidadãos e cidadãs, posicionamentos a favor da vida, sem distinção de qualquer espécie. Especificamente no Brasil, a demanda é por respostas da ciência, no geral, e da biotecnociência, em particular, bem como dos diversos segmentos sociais, no sentido de resistência e enfrentamento diante dos reiterados ataques e ameaças que as pessoas e grupos vulneráveis têm sofrido, por parte de certos representantes, dos mais variados espaços geográficos e nos mais diferentes campos de atuação.

Se for este o caso, caberia a bioética fazer uma mediação, onde pudesse indicar, como sugeriu Potter (2016), a ponte ética entre a práxis científica, biotecnocientífica e as humanidades

O problema é que, nunca antes no Brasil pós Ditadura Militar, nos deparamos com discursos tão explícitos de ódio e de ameaça aos direitos dos mais vulneráveis, como, por exemplo, aqueles proferidos por autoridades políticas sobre os indígenas e comunidades tradicionais do país. A expectativa, do ponto de vista de uma sociedade que se pretende democrática e garantidora das liberdades individuais, é que apresentemos respostas às demandas postas por um certo contexto de negação da pluralidade de ser, que hoje se impõe à todos nós, o que acaba por se configurar como uma verdadeira afronta aos direitos fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988. Vejamos:

Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí... Pode ter certeza que se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola (...) nem para procriador eles servem mais. (Então candidato a Presidente da República, Bolsonaro, 2017)

Odeio esse termos: povos indígenas... povo cigano. (Abraham Weintraub, Ministro da Educação, 2020)

Não existe um povo brasileiro, de caráter homogêneo. Somos diversidade, pluralidade de ser, o que nos convoca a um olhar atento, respeitoso e crítico, frente ao diversos grupos e comunidades que fazem o país, de modo que possamos enxergar todas as pessoas como sujeitos de direitos, embora os direitos de todos não sejam, na prática,



reconhecidos pelo Estado. O fato é que, o mínimo de bom senso já seria suficiente, no sentido de que percebêssemos que as especificidades de cada povo e de cada grupo, exige o desenvolvimento de um cuidado integral, na busca pela minimização das suas condições de vulnerabilidade.

O quadro de descaso com os mais frágeis se agravou bastante com a pandemia da COVID-19, onde as pessoas dos grupos de risco tem sido tratadas como ninguém, como se suas vidas tivessem menos importância e não preocupassem as autoridades. Recentemente, ao discursar em evento da ONU (Organização das Nações Unidas),

No Brasil urge que insistamos na construção de uma bioética que funcione no sentido de alertar à todos nós sobre valores e códigos éticos que, uma vez esquecidos, fatalmente nos conduzirão à morte prematura ou a uma sobrevida sem a dignidade

o chefe do executivo no Brasil disparou que a responsabilidade das queimadas nas florestas brasileiras seria dos “índios e caboclos”, mantendo a sua “linha de raciocínio” desde os tempos de campanha e envergonhando os brasileiros que ainda se preocupam com a defesa da verdade e a necessidade de proteção a grupos e populações já tão marcados pelas diversas discriminações e estigmatizações que vem sofrendo, há décadas.

Assim, em pleno Século 21, no Brasil — de modo muito similar aos Estados Unidos — ainda temos que lidar com posturas como estas, onde governistas, em seus discursos “necros”, não se cansam de diminuir de importância as vidas das pessoas, adotando discursos e práticas irresponsáveis e levianas, para dizer o mínimo, visto que agravam as condições de vulnerabilidade em que as mesmas se encontram, em grande parte por conta do Estado

que não viabiliza as políticas públicas necessárias, protegendo-as, como manda a já referida Carta Magna de 1988.

A defesa da proteção aos mais vulneráveis — especialmente em tempos de COVID-19 — como fio condutor de todo esse texto, não foi aleatória. Hoje, mais do que nunca, carecemos de proteção. No Brasil, com a chegada da extrema direita ao poder, urge que insistamos na construção de uma bioética que funcione no sentido de alertar à todos nós sobre valores e códigos éticos que, uma vez esquecidos, fatalmente nos conduzirão à morte prematura ou a uma sobrevida sem a dignidade, de que tanto precisamos, para seguirmos adiante. Isso no plano individual, porque no plano coletivo, estaríamos completamente a mercê de necropolíticas, que tem como único objetivo a degradação da humanidade como um todo, em benefício de interesses obscuros de certas pessoas e/ou grupos políticos, cujos discursos golpistas demonstram seus interesses em destruir a já tão frágil democracia brasileira, corroendo-a por dentro e deixando-a, cada vez mais, de joelhos frente a ideologia de mercado.

Não custa reiterar que os excluídos sociais no Brasil e no mundo, também por conta das suas precárias condições de vida, embora raramente participem das benesses da ciência e da biotecnociência, tem grandes chances de serem os primeiros afetados, no caso destas não cumprirem os seus papéis sociais e éticos, de salvaguardar, não somente à todos os humanos, sem distinção de qualquer espécie, como a biodiversidade no planeta. Nessa perspectiva, faz-se necessário que, ao menos setores vinculados a saúde e a certas áreas de saber, como estas aqui apresentadas, no



caso, a biotecnociência e a bioética, se predisponham a construir importantes instrumentos técnicos, éticos e políticos, que funcionem como meios protetivos das vidas, em todas as suas formas.

No que se refere a vida humana, em particular, temos todos pela frente, a tarefa de demarcar os compromissos da sociedade brasileira para que possamos garantir as condições de vida dignas à todos os povos e grupos que constituem a Nação Brasil, respeitando suas autonomias, independências e valores, sem ferir, negligenciar ou desconsiderar seus estilos e costumes e no respeito a suas subjetividades e histórias de vida. Em suma, a ciência, a biotecnociência e a bioética, em conjunto, podem e devem atuar no sentido de sempre favorecer à vida, sem distinção, ao assumirem a tarefa inadiável de negar valores propagadores da morte; valores estes que interessam apenas e tão somente aos defensores e simpatizantes de sistemas totalitários de poder.

## Referências

- Agamben, G. (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Berlinguer, G. (2000). Equidade, qualidade e bem-estar futuro. In Garrafa, Volnei & Costa, (orgs.), *A bioética no Século XXI* (pp. 41-48). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Cruz, M. R., & Cornelli, G. (2010). (Bio)ética e (Bio)tecnologia. *Revista Brasileira de Bioética*, 6(1-4), 115-138. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbb.v6i1-4.7847>
- Fortes, P. (2000). Avanços tecnológicos significam melhoria na saúde? In Garrafa, Volnei, & Costa (orgs.), *A bioética no século XXI*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Foucault, M. (2000). Em defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Aula de 17 de Março de 1976 (pp. 285-315). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2 tiragem.
- Foucault, M. (2001). *A microfísica do poder* (Roberto Machado, Trad.), (16.ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Garrafa, V. (1998). Bioética e Ciência - Até onde Avançar sem Agredir. In Costa, Ferreira & Garrafa (orgs.), *Iniciação à Bioética* (pp. 99-110). Brasília: Conselho Federal de Medicina.
- Garrafa, V. (2005a). Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. *Revista Bioética, Conselho Federal de Medicina*, 13(1), 125-134.
- Garrafa, V. (2005b). Inclusão social no contexto político da bioética. *Revista Brasileira de Bioética*, 1(2), 122-132. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbb.v1i2.8066>
- Gefaell, C. V. (2015). De la necropolítica neoliberal a la empatía radical: Violencia discreta, cuerpos excluidos y repolitización (Espanhol) Capa Comum – 17 nov.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica - biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. *Arte & Ensaios*, 2(32), 132-151. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>
- Potter, V. R. (2016). *Bioética, ponte para o futuro* (Diego Carlos Zanella, Trad.). São Paulo: Edições Loyola.
- Rago, M., & Veiga-Neto, A. (orgs.). (2019). *Para uma vida não fascista* (1.ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. Coleção Estudos Foucaultianos.



- Santos, I. L. (2020). Igualdade, equidade e justiça na saúde à luz da bioética. *Rev. Bioética*, 28(2), 229-238. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422020282384>
- Schramm, F. R. (2010). Existem boas razões para se temer a biotecnociência? *Revista Bioéticos. São Camilo*, 4(2), 189-197. Recuperado de <https://saocamilo-sp.br/assets/artigo/bioethikos/76/189a197.pdf>
- Schramm, F. R. (2008). Bioética de proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. *Rev. Bioética*, 16(1), 11-23. Recuperado de <https://bit.ly/2UDcRKR>
- Schramm, F. R. (2009). O uso problemático do conceito “vida” em bioética e suas interfaces com a práxis biopolítica e os dispositivos de biopoder. *Revista Bioética*, 17(3), 377-389. Recuperado de [http://revista-bioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/505/506](http://revista-bioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/505/506)
- Schramm, F. R. (2005). A moralidade da biotecnociência: a bioética da proteção pode dar conta do impacto real e potencial das biotecnologias sobre a vida e/ou a qualidade de vida das pessoas humanas? In Schramm, Rego, Braz, & Palácios (orgs.), *Bioética, riscos e proteção* (pp. 15-28). Rio de Janeiro: UFRJ/Fiocruz.
- Sloterdijk, P. (2000). *Critique de la raison cynique*. Paris: Christian Bourgois.